

EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 204/2015
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

O Município de Bataguassu - MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no dia **10/09/2015 às 08:00 horas**, na Sala de Licitação do Município de Bataguassu, sito a Rua Dourados, nº 163 – Centro, estará reunida para receber as documentações e as propostas da **Tomada de Preços N.º 018/2015, tipo de licitação por Menor Preço Global**, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal no. 8.666/93 de 21.06.93 e alterações e Lei Complementar nº 123/06.

1- DO OBJETO

1.1- Contratação de empresa para execução de Obras de Serviço de Engenharia para Pavimentação em CBUQ e Drenagem Urbana da Rua Frei Galvão no Bairro Jardim Campo Grande, no Município de Bataguassu/MS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e especificações constantes no Edital e Anexos.

1.2- A execução dos serviços será processada conforme: Especificações Técnicas, Memorial Descritivo, Planta, Cronograma Físico-Financeiro e Minuta de Contrato, constantes nos anexos deste Edital e não poderá ser alterado, podendo o proponente oferecer esclarecimento à Comissão Permanente de Licitação.

2 - CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO:

- Somente poderão apresentar proposta as empresas individuais ou sociais devidamente inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura no ramo pertinente ao objeto e que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º(terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas, vedada a participação de consórcios ou grupos de firmas.

-O representante legal da empresa deverá, antes da entrega dos envelopes de documentação e proposta, identificar-se, apresentando ao Presidente da Comissão de Licitação, Carteira de Identidade e Prova de Titularidade da empresa.

2.2.1-As licitantes que comprovarem enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art.3º da Lei Complementar 123/06, terão tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

2.2.2 - Quando se tratar de microempresas e empresas de pequeno porte o licitante deverá apresentar a declaração (modelo Anexo IX), firmada pelo representante legal de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar nº123/06.

2.2.3- O descumprimento da Lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não acrescentando ao nome credenciadas as extensões ME ou EPP e não apresentando a declaração, significa renúncia expressa

e consciente, desobrigando a comissão, de estender os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 aplicáveis ao presente certame.

2.2.4- Em sendo o caso, a declaração acima poderá ser providenciada e estará à disposição para assinatura dos licitantes por ocasião da abertura da sessão.

2.3- Se a empresa enviar representante que não seja sócio, gerente ou diretor, faz-se necessário o credenciamento por **procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida** em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para praticar todos os atos no interesse da mesma junto a quaisquer órgãos públicos, ou ainda, com fins específicos para representação em todos os termos da presente licitação, sem prejuízo do que dispõe o subitem 3.4 deste Edital.

2.3.1- Só terão direito de usar a palavra, rubricar, ter acesso à documentação e às propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar a ata, representantes legais dos concorrentes habilitados para o ato e os membros da Comissão de Licitação.

2.3.2- A participação de representante da empresa não credenciado, na forma deste Edital, não implica na inabilitação da mesma, mas impede o representante de discordar ou de se manifestar contra as decisões tomadas pela Comissão de Licitação, bem como de acesso aos documentos durante a sessão de abertura dos envelopes de Documentação e Proposta.

2.4- O credenciamento deverá ser exibido pelos portadores antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidos e juntados aos autos.

2.5- O não comparecimento de qualquer dos participantes na reunião em que serão recebidos os envelopes de documentação e propostas não impedirá que ela se realize.

2.6- Não será permitida a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam Funcionários do Município de Bataguassu - MS.

2.7- A participação do licitante a este procedimento licitacional implicará em expressa concordância aos termos deste Edital, ressalvando-se o direito recursal.

3. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

3.1- No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, os representantes credenciados das Proponentes deverão entregar, simultaneamente, à Comissão de Licitação, os documentos e as propostas, exigidos no presente Edital, em 02 (dois) invólucros fechados, distintos e numerados de 01 e 02 na forma seguinte:

- Invólucro nº 01 - “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”

Terá na parte externa, as seguintes indicações obrigatórias:

- **MUNICÍPIO DE BATAGUASSU**
- **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
- **TOMADA DE PREÇO Nº 018/2015**

- NOME COMPLETO DO LICITANTE E CNPJ

- Invólucro nº 02 - **“PROPOSTA”**

Terá na parte externa, as seguintes indicações obrigatórias:

- MUNICÍPIO DE BATAGUASSU**
- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
- TOMADA DE PREÇO Nº 018/2015**
- NOME COMPLETO DO LICITANTE E CNPJ**

3.2- O horário previsto no preâmbulo deste Edital poderá ser prorrogado por 10 (dez) minutos, a critério do Presidente da Comissão de Licitação, independentemente de consulta ao(s) licitante(s) presente(s).

3.3- Caso não haja expediente neste órgão, no dia fixado para abertura dos envelopes de documentação e proposta, fica automaticamente transferida a data para o primeiro dia útil subsequente.

3.4- Os documentos dos invólucros deverão ser colecionados separadamente, sem folhas soltas, em idioma português, datilografados, rubricados e assinados pelo sócio, gerente ou diretor da empresa com identificação comprovada nos termos do subitem 2.2, sem emendas (ex. números sobrepostos), rasuras (ex: uso de corretivo líquido) ou entrelinhas.

3.5- Os documentos exigidos nos Invólucros 01 - **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”** e 02 - **“PROPOSTA”**, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, respectivamente, devendo ser em original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, por Cartório competente ou por Servidor da Comissão de Licitação desta Prefeitura ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial. Caberá à Comissão de Licitação solicitar, a qualquer momento, os originais para confrontação.

3.6- Não será aceita documentação via fac-símile.

4- DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

4.1- A documentação deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste Edital e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de inabilitação:

4.1.1- Comprovante do Certificado de Inscrição Cadastral junto a esta Prefeitura, em plena validade ou de que atendeu a todas às condições exigidas para o cadastramento dentro do interstício legal, ou seja, até o 3º (terceiro) dia anterior à data de apresentação das propostas;

4.2 - Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social**, em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedades empresariais, e no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de

eleição de seus administradores. Deverão ser anexadas todas as alterações registradas ou a última alteração consolidada.

c) Inscrição no órgão competente, do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

4.3-Documentos Relativos à Regularidade Fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a **Divida Ativa da União**, ou Certidões Individuais até a expiração de seu prazo de validade;

c) Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRS), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão de Tributos Municipal) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão de Tributos Municipal) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei

f) Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas – CNDT** (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho – www.tst.jus.br/certidões).

4.4-Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

a) **Balanco patrimonial**, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa, e demonstrações contábeis do último exercício social (2014), exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

Entenda-se por “na forma da lei” o seguinte:

quando S/A, balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e § 5º, da Lei Federal nº6.404/76);

quando outra forma societária, balanço acompanhado de **cópia do termo de abertura e encerramento do livro Diário** do qual foi extraído (art. 5, § 2º do Decreto Lei nº486/69), autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio;

Sociedades constituídas há menos de 01 (um) ano poderão participar do Pregão apresentando o balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa;

As empresas que adotem a Escrituração Contábil Digital, enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar as Demonstrações Contábeis, os Termos de abertura e encerramento e o Recibo de Entrega de Livro Digital emitidos pelo Sistema Validador do SPED.

A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar prova de opção pelo Simples Nacional, acompanhada da Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, relativa ao último exercício social, e respectivo comprovante de entrega à Receita Federal do Brasil.

4.4.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4.5-Documentos Relativos à Qualificação Técnica

a) Prova de Registro ou Inscrição da Empresa e de seu Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

Em se tratando de registros ou inscrições fora do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão apresentar, além do subitem acima:

Autorização emitida pelo CREA/MS para participar da presente licitação;

Declaração expressa, se comprometendo, caso vencedora do certame, a realizar o visto do registro ou registrar-se junto ao Conselho Regional do Estado de Mato Grosso do Sul.

b) Atestado(s) fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrado junto ao CREA, acompanhados de certidão de registro de atestado e acervo técnico, comprovando que a empresa e seu(s) responsável(eis) técnico(s) já executou(aram) obras ou serviços compatíveis em quantidade (mínimo de 50%), prazo e características semelhantes, relativos às parcelas de maior relevância do objeto da licitação.

c) Declaração da licitante de que **tem em disponibilidade, no mínimo, todo o equipamento, instalações e pessoal técnico especializado, necessários e essenciais para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive com a relação explícita dos equipamentos mínimo necessários, os quais serão vistoriados pela Município de Bataguassu, quando do início das obras.**

d) Atestado expedido por engenheiro lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, de que Visitou o Local da Obra, até 48 (quarenta e oito) horas anteriores á abertura do certame;

d.1 Para fins de obtenção do atestado, a licitante deverá mandar o responsável técnico, detentor dos atestados devidamente credenciado para vistoriar o local da obra, a qual deverá ser marcada através do telefone (067) 3541-3078 (Kelson).

e) Comprovação de que a empresa licitante detenha um capital mínimo integralizado de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), mediante comprovação via Certidão da Junta Comercial do Estado de origem.

4.6-Declarações

a) – **Declaração** do licitante de que não está impedido de contratar com o Poder Público Municipal e de que se obriga a informar ao Município a ocorrência de **fatos supervenientes impeditivos da habilitação e/ou que o impeçam de contratar com o Poder Público Municipal**, face o disposto no art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93, observado o modelo que integra este Edital como seu anexo;

b) - **Declaração** do licitante de **que conhece e aceita os termos do presente Edital**, ressalvando, contudo, o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para a sua participação no certame, conforme modelo que integra este Edital como seu anexo;

4.7 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº123/06).

4.7.1 – A não apresentação do(s)mesmo(s) INABILITARÁ a empresa.

4.8 Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no caso de apresentar alguma restrição na habilitação e esta ser a vencedora do certame, sua regularização deverá se dar no prazo de 05 (cinco) úteis para sua regularização, prorrogável por igual período em havendo motivo devidamente justificado e aceito pela Comissão Permanente de Licitações, nos termos do § 1º, do art. 43, do mesmo dispositivo legal.

4.8.1 - Em não havendo regularização consoante previsão do subitem 4.7, implicará em decadência de direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado convocarem os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato, ou revogar a licitação nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

- As Certidões que não trouxerem o prazo de sua validade expresso só serão aceitas se não tiver decorrido mais de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

- Os documentos exigidos poderão ser apresentados através de fotocópias desde que autenticadas por cartório ou membro da CPL, caso em que o licitante deverá apresentar a cópia a ser autenticada acompanhada do **original** para exame, confrontação e posterior autenticação.

4.11- Todos os documentos apresentados pelos licitantes serão retidos pela CPL e obrigatoriamente juntados aos autos do presente procedimento, sendo facultado aos licitantes fiscalizarem a autenticidade formal e material dos documentos entregues uns pelos outros e, impugná-los, querendo.

– A Comissão Permanente de Licitação poderá exigir, a qualquer tempo que o licitante apresente o original do documento a ela entregue, ainda que a cópia apresentada esteja autenticada por cartório, não podendo o Licitante escusar-se de exibi-lo.

- O mesmo direito é conferido ao Sr. Prefeito na hipótese de entender necessário o exame de documento ou documentos antes da homologação e adjudicação do objeto do presente certame.

– A recusa do licitante a exibir o original de documento exigido na forma dos itens anteriores se constituirá em motivo bastante para a sua inabilitação e, na hipótese de já ter sido declarado habilitado, na desclassificação da proposta que houver apresentado mesmo que ela tenha sido proclamada vencedora e já houver decorrido o prazo de recurso.

4.15- Não serão aceitos documentos com data de validade vencida (com exceção dos documentos de regularidade fiscal previsto para as Microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na LC nº123/06). Os documentos que não tragam seus prazos de validade expresso, só serão aceitos desde que não ultrapasse o prazo de 60 (sessenta) dias, da data de emissão.

5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA:

5.1- A proposta deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste Edital e conter obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de desclassificação:

5.1.1- Indicação da Empresa: razão social, endereço completo, carimbo padronizado do CNPJ e Inscrição Estadual;

5.1.2- Data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;

5.1.3- Planilha de Preços e quantidades, em que se indicarão todos os preços ofertados de acordo com o especificado, bem como o valor global da proposta, o qual deverá ser escrito sob a forma decimal, precedido da vírgula que segue a unidade centavo.

5.1.4- Validade da Proposta; NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS DA ABERTURA DA MESMA;

5.1.5- Condições de Pagamento: que deverá ser de acordo com o Cronograma por período constante no subitem 12.1, deste edital.

5.2- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem preços irrisórios ou excessivos..

5.3- As propostas deverão ser apresentadas através do formulário anexo ao presente Edital, com assinatura devidamente identificada, observando-se ainda, o disposto no subitem 3.4 e 3.5.

6- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

6.1- O julgamento do mérito será efetuado de conformidade com o que dispõe os artigos 44 e 45 da Lei Federal nº 8.666/93, que adotará como critério o de “MENOR PREÇO GLOBAL”.

6.2- Em caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, (não estando dentro das obrigações da Lei nº 123/06) a classificação se fará por sorteio em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, conforme dispõe o Parágrafo 2º do Artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3 – Na hipótese de empate entre empresas comuns e microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a situação ensejará a aplicação das disposições previstas na Lei Complementar nº 123/06.

6.3.1- Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequenos portes apresente propostas com intervalos iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada (caso essa seja proposição de uma empresa comum).

6.3.2- As Microempresas e empresas de pequeno porte conforme subitem 6.3.1, poderá ofertar nova proposta de preços inferior à proposta inicialmente vencedora, situação em que será considerada vencedora do certame.

6.3.3- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.3.4- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.3.5- Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.3.5.1-Caso a microempresa e/ou empresa de pequeno porte não esteja presente durante o certame, a Comissão Permanente de Licitação suspenderá a sessão, constando em ata todos os atos realizadas, registrando em ordem classificatória todas as empresas e respectivos valores e marcará uma nova data e horário para abertura de uma nova sessão pública, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo a mesma deverá ser notificada por escrito via correio, para que apresente nova proposta.

6.3.5.2-Na data marcada a empresa deverá entregar a nova proposta, datilografada ou equivalente, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada, carimbada e acondicionada em envelope

devidamente identificado e lacrado, endereçada a Comissão de Licitação, devendo ser respeitado a data e horário estabelecido na notificação, sob pena de preclusão. Caso em que será aplicado o disposto no subitem 6.3.3.

6.4- Havendo divergências entre os valores unitários e totais, prevalecerá o primeiro, sendo que o total e/ou global será devidamente retificado pela Comissão.

7- DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÃO:

7.1- Os interessados que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação deste Edital ou quaisquer outras a ele relacionados, deverão dirigir-se ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação em petição escrita, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do horário fixado no preâmbulo deste Edital, sob protocolo desta Prefeitura, durante o horário de expediente.

7.2- As dúvidas que surgirem, em qualquer fase do procedimento licitatório, serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitação, observados os preceitos legais pertinentes.

8 – CAUÇÃO

-A título de garantia de execução dos serviços, a adjudicada deverá efetuar no ato da Assinatura do Contrato, caução na tesouraria da Prefeitura, no valor correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor previsto para da obra.

-A caução poderá ser efetuada em moeda corrente do País, Fiança Bancária, Título da Dívida Pública ou Seguro Garantia.

-A caução realizada através de Fiança Bancária ou Seguro Garantia será recusado quando fixar condições incompatíveis com este Edital, ou contiverem cláusulas conflitantes com a legislação que rege a presente Licitação.

-O valor caucionado somente será levantado na assinatura do Termo de Recebimento Definitivo de cada frente de serviço.

-No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela firma contratada não será devolvida a caução que será apropriada pela prefeitura sob título de “Indenização e Restituição”.

-É vedada a substituição dos valores caucionados sobre os quais não incidirão juros.

9. DO CONTRATO:

9.1- As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Prefeitura e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

9.2- A Prefeitura convocará formalmente a licitante vencedora para assinar o Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da publicação da homologação do resultado, esta convocação poderá ser realizada por meio eletrônico a qual contara o prazo a partir do envio do e-mail.

9.3- O prazo estipulado no subitem 8.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Prefeitura.

9.4- Para as demais empresas, quando a convocada e a mesma não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas neste Edital, a Prefeitura deverá convidar as demais proponentes classificadas, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.5- A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% do valor inicial atualizado do Contrato.

10- DAS PENALIDADES E MULTAS:

10.1- Será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto de cada Ordem de Serviço não realizado, quando a Contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, a obrigação assumida.

10.2- Será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor da contratação, quando a licitante vencedora:

I - Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro de validade;

II - Recusar-se a efetuar o recolhimento da garantia.

10.3- Será aplicada multa de 5%(cinco por cento) sobre o valor de cada Ordem de Serviço, quando a licitante vencedora:

I - Prestar informações inexatas ou criar embaraços à Fiscalização;

II - Transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia autorização da Contratante;

III - Executar o objeto em desacordo com os projetos e normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

IV - Desatender às determinações da Fiscalização;

V -Cometer qualquer infração às normas legais, federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

VI - Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;

VII - Não iniciar sem justa causa, a execução, do objeto, no prazo fixado.

10.4-Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a

Contratada:

I - Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

- II - Recusar-se a executar, sem justa causa no todo ou em parte o objeto contratual;
III - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

11- DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

11.1- As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão por conta da Dotação Orçamentária no exercício corrente e pela que a suceder no exercício seguinte:

Programa de Trabalho	02.03.08.01.241.507.1.071
Fundo Mun. Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos	02.03
Elemento de Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações

12. DA MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

As medições serão realizadas mensalmente.

Cada medição será processada independentemente de solicitação da Contratada, após a conclusão de meta física estipulada em cada ordem de serviços.

O valor de cada medição será obtido pela soma dos produtos quantitativos de serviços executados, pelos respectivos preços unitários propostos.

Executados os serviços de cada Ordem de Serviço, o seu objeto será recebido:

I - Parcialmente pela Prefeitura mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será precedida da efetuação da Medição;

II - Definitivamente mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes após o decurso do prazo de execução, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

III - O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a contratada das obrigações definidas no artigo 927 do Código Civil Brasileiro, bem como nos artigos 69 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e § 2º do artigo 73 da mesma Lei.

Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto de contrato, correm por conta e responsabilidade da Contratada.

A Contratada rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço, se em desacordo com o contrato.

13. DOS PREÇOS:

Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em Reais.

Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outras.

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação das medições.

14. DOS PRAZOS:

Na contagem do prazo estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

O prazo para início dos trabalhos fica fixado em 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, vinculada a apresentação da ART por parte da empresa vencedora, referente à responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

O prazo máximo para realização das obras e serviços constantes deste Edital será de 06 (seis) meses para serviços de Drenagem e pavimentação, contados da Ordem de Serviço.

15.4. O prazo de vigência do contrato é de 09 (nove) meses, contado de sua assinatura.

15. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E PROCESSAMENTO DO CERTAME:

Os envelopes serão recebidos e abertos em sessão pública, no dia e horário fixados no preâmbulo deste instrumento, pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação;

Antes da abertura dos respectivos envelopes, a Comissão verificará se os mesmos atendem às condições editalícias;

A abertura iniciará-se-á pelos envelopes nº 01 contendo a documentação;

O conteúdo do Envelope nº 01 será analisado pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação e interessados e, em seguida rubricados por todos os presentes;

A Comissão julgará inabilitada a empresa que deixar de atender quaisquer dos requisitos constantes no item 4 e seus respectivos subitens, observando o subitem 4.8, ou atendê-los de forma incompleta ou incorreta;

Se ocorrer à suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no dia, será marcada a data da divulgação do resultado pela Comissão Permanente de Licitação e publicado no Diário Oficial do Estado para conhecimento de todos os participantes;

Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá a abertura do envelope nº 02, apenas dos licitantes habilitados, devendo observar os subitens 4.7 e 4.8, desde que todos os presentes desistam expressamente da interposição de recursos, ou após o decurso do prazo recursal;

Abertos os envelopes nº 02, os seus conteúdos serão analisados e após, serão rubricados por todos os presentes;

As propostas contidas nos envelopes nº 02, serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços ofertados;

A classificação ou desclassificação dos licitantes poderá ser efetuada nesta mesma reunião ou em outra a ser marcada de plano pela Comissão para divulgação do resultado, para fins de eventuais interposições de recursos.

O não comparecimento de qualquer dos participantes na reunião em que será tornado público o resultado da classificação, não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente direito de reclamação de qualquer natureza, uma vez que a Comissão considerará sua ausência em concordância expressa quanto às decisões nela tomadas, ocasião em que será aberto o prazo recursal na forma da lei.

No processo de julgamento das propostas, a Comissão desclassificará a licitante que deixar de atender quaisquer requisitos fixados no item 5 do instrumento licitatório, ou atendê-los de forma incompleta ou incorreta, sem prejuízo que dispõe o item 6.

Além das atribuições mencionadas nos subitens acima, a Comissão poderá ainda:

Habilitar os licitantes ou classificar propostas, que contenham omissões ou irregularidades formais, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos a Administração ou aos concorrentes;

Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, ficando vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;

Solicitar técnicos para subsidiá-la no julgamento da licitação.

Os envelopes contendo as propostas dos licitantes considerados inabilitados serão devolvidos fechados e rubricados pela Comissão, mediante protocolo, após julgados todos os recursos interpostos, bem como, exauridos os prazos recursais;

Em todas as reuniões realizadas pela Comissão serão lavradas Atas, que conterão as anotações relativas aos principais fatos e atos praticados. A ata será assinada pelos presentes;

Decorrido o prazo para interposição de recursos ou julgado o recurso interposto a Comissão de Licitação, encaminhará os autos para a homologação e adjudicação do Prefeito Municipal, e será divulgado no Diário Oficial do Estado e Jornal de circulação no município, conforme preceitua a legislação pertinente.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:



O acolhimento para exame das propostas e a sua classificação, não gera direito adquirido ao autor de qualquer delas na adjudicação da obra que constitui o seu objeto;

O Prefeito Municipal poderá, até a homologação do procedimento, revogar a presente licitação por razão de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sem direito à indenização ou ressarcimento aos licitantes, ou ainda, proceder à anulação da mesma quando incidir ilegalidade no procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado.

Os recursos relativos a este Edital somente poderão ser interpostos dentro do prazo constante nos parágrafos primeiro e segundo do art. 41, da Lei Federal nº 8.666/93.

Os recursos referentes à adjudicação deverão ser interpostos dentro do prazo previsto no art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

Não será permitida que o proponente faça retificações e cancelamentos de preços ou alterações nas condições estipuladas, uma vez abertas a proposta.

Após a homologação e adjudicação desta licitação, não será permitido ao licitante declarado vencedor, apresentar desistência da proposta, ficando o mesmo, sujeito às penalidades contidas neste Edital e às demais previstas na legislação pertinente.

Complementam este Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Proposta de Preço (Planilha de Custo);
- Anexo II – Cronograma Físico Financeiro;
- Anexo III – Memorial Descritivo
- Anexo IV - Minuta de Contrato
- Anexo V -Modelo de Carta de Credenciamento
- Anexo VI – Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes
- Anexo VII – Modelo de Declaração de aceito do Edital
- Anexo VIII – Modelo de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
- Anexo IX – Planilha Orçamentária

BATAGUASSU - MS, 20 DE AGOSTO DE 2015.

ROSIMEIRE GUIRADO
Chefe do Setor de Compras e Licitações

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A MUNICÍPIO DE
BATAGUASSUDEE A EMPRESA,

I - CONTRATANTES: "MUNICÍPIO DE BATAGUASSUDE, Pessoa Jurídica de
Direito Público Interno, com sede a, inscrita no CGC/MF sob o no.
.....doravante denominada CONTRATANTE e a
firma.....

.....denominadaCONTRATADA.

II - REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Sr. Prefeito Municipal,
Sr..... brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua, n.º no Bairro
..... nesta cidade, portador do RG n.º e e a
CONTRATADA o Sr. residente e domiciliado à Rua, n.º
no Bairro nesta cidade, portador do RG n.º e
.....

III - DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da
autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo
n.º 204/2015, gerado pela Tomada de Preços n.º 018/2015, que faz parte integrante e complementar
deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele
contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. OBJETO

1.2- 1.1 -Contratação de empresa para execução de Obras de Serviço de Engenharia para Pavimentação em
CBUQ e Drenagem Urbana da Rua Frei Galvão no Bairro Jardim Campo Grande, no Município de
Bataguassu/MS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e especificações
constantes no Edital e Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA

2. REGIME DE EXECUÇÃO:

O presente Contrato será executado por administração indireta, pelo regime de empreitada por
preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA

3. DO VALOR CONTRATUAL:

O valor global estabelecido para o presente Contrato é de R\$(.....).

CLÁUSULA QUARTA

4. DA MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

As medições serão realizadas mensalmente.

Cada medição será processada independentemente de solicitação da Contratada, após a conclusão de meta física estipulada em cada ordem de serviço.

O valor de cada medição será obtido pela soma dos produtos quantitativos de serviços executados, pelos respectivos preços unitários propostos.

Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outras.

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação das medições e das Notas Fiscais.

Executados os serviços de cada Ordem de Serviço, o seu objeto será recebido:

I - Parcialmente pela Prefeitura mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será precedida da efetuação da Medição;

II - Definitivamente mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes após o decurso do prazo de execução, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

III - O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a contratada das obrigações definidas no artigo 927 do Código Civil Brasileiro, bem como nos artigos 69 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e § 2º do artigo 73 da mesma Lei.

Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto de contrato, correm por conta e responsabilidade da Contratada.

A Contratada rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço, se em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA QUINTA

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão por conta da Dotação Orçamentária no exercício corrente e pela que a suceder no exercício seguinte:

Programa de Trabalho	02.03.08.01.241.507.1.071
Fundo Mun. Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos	02.03

Elemento de Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
---------------------	--------------------------------

CLÁUSULA SEXTA

6. DOS PRAZOS E VIGÊNCIA:

Na contagem do prazo estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

O prazo para início dos trabalhos fica fixado em 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, vinculada a apresentação da ART por parte da empresa vencedora, referente a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

O prazo máximo para execução da obra e serviços constantes deste Edital será de **06 (seis) meses para serviços de Drenagem e Pavimentação**, contados Ordem de Serviço.

O prazo de vigência do contrato é de 09 (nove) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DA EXECUÇÃO:

A Contratada obriga-se a executar os serviços e obras, de conformidade com o Edital da **Tomada Preço nº 018/2015** e a Proposta apresentada, bem como de acordo com os projetos, normas, especificações e cronogramas, constantes do processo licitatório, documentos esses que fazem parte integrante e complementar deste Contrato.

Toda mão de obra, equipamentos e materiais a serem utilizados na execução das obras, serão fornecidas e transportadas pela Contratada, bem como é de sua inteira responsabilidade o seu uso adequado.

CLÁUSULA OITAVA

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A Contratante fiscalizará a execução dos serviços ora contratados através do Município de Bataguassu, e ou por quem indicar. Independente de tal fiscalização, reserva-se o direito de promover outras inspeções, através de representante expressamente designado.

Qualquer modificação de serviços ou especificações, somente poderá ser executada após prévio acordo entre a Contratada e o Município de Bataguassu.

O recebimento dos serviços será efetuado pela Comissão de Fiscalização designada pelo Prefeito Municipal na forma disposta no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

A Contratada deverá manter na direção técnica dos trabalhos, um Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico Responsável na Área devidamente habilitado, para representá-la junto à Contratante e dirimir dúvidas ou problemas referentes aos serviços contratados.

Será responsabilidade da Contratada, a sinalização dos serviços durante a execução, devendo ser indicado o nome da firma e esclarecer que está a serviço da Prefeitura, conforme modelo e orientação fornecidas.

A Contratante deverá obedecer às regras de higiene e segurança do trabalho e normas indispensáveis à ordem e à integridade física do público, no local da obra, durante o desenvolvimento dos trabalhos.

O serviço será considerado concluído, somente após o término total, inclusive feito a limpeza e retirada de entulhos, bem como reparos onde a fiscalização julgar necessário.

A Empresa contratada fica obrigada a aceitar, pelos mesmos preços e mesmas condições de contrato, os acréscimos ou supressões dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

As alterações do valor do contrato decorrente de modificações dos quantitativos previstos, bem como as prorrogações de prazos, serão formalizados por lavratura do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA NONA

9. DAS PENALIDADES E MULTAS

Será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto de cada Ordem de Serviço não realizado, quando a Contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, a obrigação assumida.

Será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor da contratação, quando a licitante vencedora:

- I - Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro de validade;
- II - Recusar-se a efetuar o recolhimento da garantia.

Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de cada Ordem de Serviço, quando a licitante vencedora:

- I - Prestar informações inexatas ou criar embaraços à Fiscalização;
- II - Transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia autorização da Contratante;
- III - Executar o objeto em desacordo com os projetos e normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- IV - Desatender às determinações da Fiscalização;
- V - Cometer qualquer infração às normas legais, federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- VI - Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;
- VII - Não iniciar sem justa causa, a execução, do objeto, no prazo fixado.

Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada: I - Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual; II - Recusar-se a executar, sem justa causa no todo ou em parte o objeto contratual; III - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DA RESCISÃO:

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993;
- b) amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Contratante;
- c) judicial, nos termos da legislação.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. DA PUBLICAÇÃO:

Dentro do prazo legal, contados da sua assinatura, o Contratante providenciará a publicação do resumo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DO FORO:

As partes elegeram o foro da Comarca do Município de Bataguassu- MS, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado, para dirimir todas e quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, foi lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes perante as testemunhas que também o subscrevem.

Bataguassu- MS, ____ de _____ de 20 ____ .

Prefeito Municipal
Contratante

Sócio / Administrador
Contratado

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ANEXO V

AO
MUNICÍPIO DE BATAGUASSU
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERENTE: TOMADA DE PREÇO Nº 018/2015

1.3- OBJETO: Contratação de empresa para execução de Obras de Serviço de Engenharia para Pavimentação em CBUQ e Drenagem Urbana da Rua Frei Galvão no Bairro Jardim Campo Grande, no Município de Bataguassu/MS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e especificações constantes no Edital e Anexos.

CRENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº..... expedida pela SSP/..... e do CPF sob o nº, a participar da licitação instaurada pelo Município de Bataguassu– MS, na modalidade *TOMADA DE PREÇO Nº 018/2015*, supra referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe, dentre outros poderes, o de renunciar o direito de Interposição de Recurso.

....., em de de 2015.

.....
Nome do Diretor ou Sócio Gerente
RG nº.....
CPF nº.....

PS. A autorização deverá ser firmada em papel timbrado da empresa, com firma reconhecido

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº....., sediada a Rua/Av....., nº....., Bairro....., Cep:....., Município de -, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(a)
Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº....., sediada a Rua/Av....., nº....., Bairro....., Cep:....., Município de -, declara, sob as penas da lei, de que conhece e aceita o teor completo do edital, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.

(b)
nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ expedida pela SSP/____ e de CPF n° _____ DECLARA, para fins do disposto no item 4 do Edital T P n° ..., sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar n° 123/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar n° 123/12006.

DECLARA ainda que a empresa esteja excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade) _____, de _____ de _____.

nome e número da identidade do declarante
(Representante Legal da empresa)

(Profissional habilitado no CRC)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante, e deverá ser apresentada fora dos envelopes de proposta de preços e habilitação, a qual deverá ser entregue ao Pregoeiro(a) para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei n°123/06

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

LOCAL: Avenida Frei Galvão: Jardim Campo Grande, Jardim São João e Jardim Bongiovani.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MICRODRENAGEM

01- NORMAS GERAIS DE TRABALHO

1.1- GENERALIDADES

Estas normas são uma coletânea de procedimentos a que o construtor devera se ater durante a execução da obra, cujos custos de sua realização já estarão na maioria dos casos, inseridos nos diversos itens de serviços listados na planilha de quantitativos.

1.2- LIMPEZA DA OBRA

Cabe ao construtor manter o local da obra em estado de limpeza durante a execução dos diversos serviços, e entregar a obra em perfeitas condições de limpeza sem qualquer ônus adicional para a P.M.B.

Os transportes de entulhos resultantes de demolições e de outras causas, serão efetuados o mais freqüente possível, de maneira a manter a obra em condições satisfatória de trabalho, organização e limpeza, sem ônus para a P.M.B.

1.3- MATERIAIS E EQUIPAMENTO

Todos os materiais empregados deverão ser de qualidade comprovada. A fiscalização reserva-se o direito de recusar o equipamento que julgar de qualidade inferior, correndo por conta do construtor a substituição, sem qualquer ônus adicional.

1.4- CAMINHOS DE SERVIÇOS

Os caminhos de serviço necessários ao deslocamento de máquinas até os pontos de abastecimento de materiais serão mantidos por conta do construtor, bem como todos os desvios das ruas e acesso as moradias que se fizerem necessários.

1.5- SINALIZAÇÃO DA OBRA

A sinalização da obra, durante a construção deverá assegurar a proteção total dos trabalhadores e usuários do local, e os custos de sua instalação anteriormente a execução dos serviços que interferirem como propriedades particulares e públicas em utilização.

1.6- DANOS A PROPRIEDADE

Todos os danos, porventura provocados em propriedade particulares ou públicas correrão a conta exclusiva do construtor.

1.7- RELACIONAMENTO COM CONCESSIONÁRIOS

O construtor se obriga, anteriormente as operações de remanejamento de utilidades públicas, a solicitar autorização as concessionárias respectivas apresentados os croquis e projetos explanando o citado remanejamento, que só poderá ser feito sem prejuízo do atendimento Público de acordo com as instruções de concessionárias ou então diretamente pela concessionária, correndo neste caso os custos da P.M.B.

1.8- RECONSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS PARTICULARES E PÚBLICOS DEMOLIDOS POR NECESSIDADE DE SERVIÇOS.

A reconstituição desses caminhos de serviços, eventual e necessária, será paga pelos serviços de mão-de-obra, equipamento e materiais usados naquela reconstituição e proposto, pelo construtor na planilha de preço. O relacionamento com os proprietários será feito pela fiscalização. O relacionamento com as concessionárias será diretamente efetuado pelo construtor.

As demolições e construções de obras não previstas no projeto e planilha, e necessárias, serão pagas por horas de mão de obra e equipamentos consumidos e quantitativos

de materiais utilizados de acordo com preços propostos pelo construtor na planilha de preços. As produções apresentadas serão analisadas pela fiscalização. Os percentuais de custos indireto (B.D.I.) serão os mesmos utilizados pelo construtor na composição de preços unitários da planilha.

1.9- DESOBSTRUÇÃO DE GALERIAS E OBRAS DE DRENAGEM EM GERAL.

A desobstrução de galerias e equipamentos de drenagem bloqueadas, por causas que não são falhas do construtor, serão pagas mão de obra e equipamentos, de acordo com os critérios anteriormente estabelecidos.

APROPRIAÇÃO DE SERVIÇOS

Em qualquer caso, os serviços que devem ser apropriados pela fiscalização, somente serão iniciados após a presença no local do elemento credenciado pela P.M.B., para proceder a citada apropriação.

DIVERSOS

Os serviços necessários a manutenção de obras em execução e já executados, serão por conta exclusiva do construtor. O construtor se obriga ao findar o prazo de conclusão da obra, entregar todos os serviços que executou em perfeito funcionamento, e todas as obras complementares para atingir aquele objetivo correrão por conta exclusiva. Todos os testes necessários as tubulações, anteriormente a entrega dos serviços serão feitos pelo construtor sem qualquer indenização por parte da P.M.B.

A- SUB-EMPREITADA

É vedada a sub-empregada integral das obras e serviços contratados. A sub-empregada parcial de serviços que, por ser grau de especialidade requeiram o concurso de firmas ou profissionais especializados, deverá ser submetida a prévia e expressas anuências da P.M.B. a empregadora continuará respondendo direta e exclusivamente pelos serviços realizados por tais sub-empregados, não podendo transferir sua responsabilidade pelas obrigações estabelecidas nestas especificações, projetos e contratos.

B- FISCALIZAÇÃO

A fiscalização das obras caberá a P.M.B. através do corpo técnico da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com autoridade para exercer, em nome da contratante, toda e qualquer ação de orientação geral e controle. A fiscalização fica assegurada o direito do veto a qualquer elemento que venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica, não podendo tais providencias implicarem modificações de prazo ou de condições contratuais.

3- ESPECIFICAÇÕES PARA PAVIMENTAÇÃO

3.1 – CORTE PARA ABERTURA DE CAIXA

A- GENERALIDADES

As operações de corte para abertura de caixa compreendem escavação dos materiais constituintes do terreno natural, em espessuras **abaixo do greide da terraplenagem**, conforme indicação do projeto, constantes nas notas de serviço, complementadas por observações da fiscalização, durante a execução dos serviços.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Trator de esteiras ou outro equipamento com lamina;
- Moto-niveladora, com escarificador;

C- EXECUÇÃO

A escavação será de acordo com os elementos fornecidos pela nota de serviço, toda a vegetação e material orgânico serão removidos através da execução de cortes para atingir o greide de projeto e o material escavado será colocado em caminhões basculantes.

O desenvolvimento da escavação se processará mediante a previsão da disposição adequada dos materiais extraídos.

Quando no nível do subleito for verificado a ocorrência de rocha sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou solos orgânicos, promover-se-á rebaixamento, da ordem de 0,40cm a 0,60cm ou maior, procedendo-se a execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados.

D- CONTROLE

O acabamento da plataforma de corte será procedido mecanicamente de forma a alcançar-se a conformação da seção transversal do projeto admitindo-se uma tolerância na variação da altura de 5 cm, a partir das notas de serviço, para qualquer ponto da plataforma.

– CARGA, MANOBRAS E DESCARGAS DE SOLO COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 m³ (DESCARGA LIVRE)

A- GENERALIDADES

As operações de carga, transporte e descarga compreende o carregamento do material escavado as manobras necessárias ao deslocamento do caminhão basculante e descarga livre no local de bota-fora determinado em projeto.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Carregadeiras frontais sob pneus;
- Caminhões basculantes;

C- EXECUÇÃO

Toda a vegetação e material orgânico removidos através da execução de cortes para atingir o greide de projeto e o material escavado será colocado em caminhões basculantes, mediante cuidados com a manutenção da qualidade do ar e ruídos, transportados para o local definido em projeto, cuidando-se da segurança do trânsito e devidamente espalhados para que se evitem futuros prejuízos ambientais ao local.

D- CONTROLE

O controle será visual de modo que não se mantenha, no local de implantação da terraplenagem, nenhum material inservível.

– TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 m³, RODOVIA EM LEITO NATURAL

A- GENERALIDADES

As operações de bota-fora do material escavado compreende o transporte desse material até o local determinado em projeto ou pela fiscalização.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Caminhões basculantes;

C- EXECUÇÃO

O material escavado colocado em caminhões basculantes serão transferidos para o local definido em projeto.

D- CONTROLE

O controle será geométrico considerando-se o material escavado, empolado em 30%, multiplicado pela DMT de 2 km.

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO

A- GENERALIDADES

Este serviço consistirá na execução de operações feitas com a finalidade de preparar, numa superfície **abaixo do greide de terraplenagem** (fundo de caixa), uma plataforma sobre a qual possa ser colocada a camada de aterro. Estas operações consistem da escarificação e conformação da plataforma, na espessura máxima de 0,20 cm, umedecida ou aerada, compactação e outras operações complementares que resultem necessárias.

O trecho será liberado desde que esteja de acordo com os alinhamentos, cotas, seções transversais, tolerância e características de compactação indicadas nos desenhos, especificações e inscrições da fiscalização

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou de adição de material, estes deverão ter procedência de cortes ou de

pedreira, conforme determinar a fiscalização. O ISC determinado com a energia do método DNER-ME 47_67 deve ser igual ou superior ao do sub-leito e a expansão inferior a 2%.

B- EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Moto-niveladora pesada, com escarificador;
- Carro-tanque distribuidor de água;
- Rolos compactadores dos tipos:
- Pé-de-carneiro, liso vibrador e pneumático;
- Grade de discos.

C- EXECUÇÃO

Após toda a vegetação e material orgânico serem removidos, a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, segue-se uma escarificação geral de 0,20m, seguida de umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Serão executados de acordo com as especificações de terraplanagem. O grau de compactação deverá ser de no mínimo 100% em relação a massa específica aparente máxima seca, obtida no ensaio DNER 47-64 e o teor da umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado mais ou menos 2%.

D- CONTROLE

Deverá ser executado todo o ensaio que visa a controlar a qualidade e a quantidade dos materiais aplicados e dos serviços executados.

– ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, UTILIZANDO-SE TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160 HP COM LÂMINA, PESO OPERACIONAL 13 t E PÁ CARRAGEIRA COM 170 HP – EM JAZIDA PARA CAMADA DE REGULA

A- GENERALIDADES

As operações de escavação e carga consistem nas operações de extração do material na jazida e carga em veículo transportador.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Moto-niveladora pesada, com escarificador;
- Tratores equipados com lâmina;
- Escavadeiras hidráulicas;
- Carregadeiras sobre pneus.

C- EXECUÇÃO

O desenvolvimento da escavação se processará mediante a aprovação, do material escavado, pela fiscalização, e que esta considerar adequado para a construção de aterro.

Nas escavações, onde houver desmatamento, destocamento e limpeza, a remoção de material inservível a considerar será aquela que ultrapassar a espessura de 20 cm, em relação ao terreno natural.

D- CONTROLE

As operações construtivas serão controladas pela fiscalização e pelo empreiteiro, desde o início dos serviços, de modo se permita correções eventualmente necessárias.

O controle será feito por nivelamento e pela medida, das semi-larguras, devendo ser considerado apenas 15 cm de espessura, após a compactação, salvo determinação contrária da fiscalização.

ESPALHAMENTO MECANIZADO DE MATERIAL DE 1. CATEGORIA A-

GENERALIDADES

As operações de espalhamento mecanizado consistem nas operações de espalhamento com equipamento com lâmina do material escavado, carregado e transportado a partir da jazida de arenito.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Moto-niveladora pesada, com escarificador;
- Tratores equipados com lâmina;

C- EXECUÇÃO

O desenvolvimento do espalhamento se processará mediante a utilização de trator com lâmina e de acordo com o greide lançado pela topografia em camada de 15 cm, a partir do fundo de caixa

D- CONTROLE

As operações construtivas serão controladas pela fiscalização e pelo empreiteiro, desde o início dos serviços, de modo se permita correções eventualmente necessárias.

O controle será feito por nivelamento e pela medida, das semi-larguras, devendo ser considerado apenas 15 cm de espessura, após a compactação, salvo determinação contrária da fiscalização.

COMPACTAÇÃO MECANICA COM CONTROLE DO GC

A- GENERALIDADES

As operações de compactação do aterro compreendem a escarificação e homogeneização dos materiais terrosos provenientes da jazida especificada em projeto.

As operações de compactação compreendem a homogeneização, devidamente umedecida ou aerada, até chegar a umidade ótima e a compactação dos materiais.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Moto-niveladora pesada, com escarificador;
- Trator de pneus;

- Grade de discos;
- Carro-tanque distribuidor de água;
- Rolos compactadores dos tipos:- Pé-de-carneirovibrador e pneumático;

C- EXECUÇÃO

O material espalhado escarificado e homogeneizado com motoniveladora, trator de pneus e grade de discos, em uma espessura de no mínimo 15 cm, adequadamente umedecido, com carro-tanque, ou aerado, até se conseguir a umidade ótima e sua superfície será devidamente compactada com rolos compactadores até se conseguir a densidade de projeto.

D- CONTROLE

O grau de compactação deverá ser de no mínimo 95% do PN, em relação a massa específica aparente máxima seca, obtida no ensaio DNER 47-64 e o teor da umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado mais ou menos 2%.

3.8- BASE DE SOLO CIMENTO 4%

A- GENERALIDADES

A base de solo cimento será constituída de solos naturais aos quais serão adicionados cimento Portlandt, em uma proporção de 4% em volume, considerando-se o peso específico do cimento de 1.430 kg/m³, com granulometria em condições para que o grau de compactação seja o ideal. Esta base deverá ter espessura de 15 cm.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Moto-niveladora pesada, com escarificador;
- Trator de pneus;
- Grade de discos;

- Carro-tanque distribuidor de água;
- Rolos compactadores dos tipos:- Pé-de-carneirovibrador e pneumático;

C- EXECUÇÃO

O material espalhado escarificado e homogeneizado com motoniveladora, trator de pneus e grade de discos, em uma espessura de no mínimo 12 cm, adequadamente umedecido, com carro-tanque, ou aerado, até se conseguir a umidade ótima e sua superfície será devidamente compactada com rolos compactadores até se conseguir a densidade de projeto.

As marcas produzidas pelos equipamentos de compactação serão removidas através do corte com lâmina de forma que sejam compensados os excessos e faltas de material. Nessa fase serão utilizados os compactadores de rodas metálicas lisas e de pneus.

D- CONTROLE

O grau de compactação deverá ser de no mínimo 100% do PN, em relação a massa específica aparente máxima seca, obtida no ensaio DNER 47-64 e o teor da umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado mais ou menos 2%.

-IMPRIMAÇÃO DA BASE COM CM-30

A- GENERALIDADES

Imprimação é a aplicação de material betuminoso líquido sobre a base com a finalidade de permitir ligação com a capa asfáltica e protege-la da infiltração de água.

Os serviços consistem no fornecimento, carga, transporte, descarga e aplicação de material betuminoso emulsão CM-30, na taxa de 0,9 a 2,2 kg/m² de área imprimada, assim como, na realização com, mão-de-obra e equipamentos adequados, de todas as operações necessárias à execução de imprimaduras betuminosas, de conformidade com as normas e detalhes contidos nos projetos ou instruções da fiscalização.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Trator de pneus;

- Vassouras mecânicas ou manuais;
- Carro-tanque distribuidor de água;
- Tanque de armazenamento de material betuminoso;
- Equipamento distribuidor de material betuminoso;

C- EXECUÇÃO

Antes de iniciar a distribuição do material betuminoso, deverá se providenciar o que for necessário para evitar o que o material a ser aspergido atinja as obras de arte e pavimento ou camadas de pavimento adjacentes.

Por ocasião da execução da imprimadura deverão ser tomadas providencias no sentido de evitar a contaminação da superfície tratada por poeira oriunda do transito no local.

A superfície sobre a qual será executada a imprimadura deverá ser varrida, com vassouras mecânicas ou manuais, de modo que sejam removidos todos os materiais estranhos, tais como solo solto, poeira e materiais orgânicos e nocivos.

Antes de iniciar a distribuição do material betuminoso, deverão ser medidas e comparadas entre si as vazões dos bicos da barra de distribuição.

A distribuição do material betuminoso não poderá ser iniciada enquanto não for atingida e mantida a temperatura necessária a obtenção da viscosidade adequada a distribuição, que deverá ser executada por meio de equipamento autopropulsor.

D- CONTROLE

O controle de qualidade será realizado por ocasião do recebimento do material betuminoso.

O controle de quantidade de material aplicado será realizado pelo método da bandeja, o qual consiste da determinação, por diferença de pesagem, das taxas de aplicação, que deverão variar entre 0,9 e a,2 kg/m².

–CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE - CBUQ

A- GENERALIDADES

Concreto Betuminoso Usinado à Quente é uma mistura de agregados, material de enchimento e cimento asfáltico de petróleo, executado em usina própria para esse fim, espalhada e comprimida à quente.

De acordo com a posição relativa e a função estrutural, a mistura atenderá às características específicas em sua composição.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Trator de pneus;
- Vassouras mecânicas ou manuais;
- Acabadora sobre esteiras;
- Tanque de armazenamento de material betuminoso;
- Equipamento distribuidor de material betuminoso;
- Central de misturas;
- Caminhões Basculantes, e;
- Rolos compactadores dos tipos:- Chapa Tandem e pneumático;

C- EXECUÇÃO

Os serviços consistem no fornecimento, carga, transporte, descarga e aplicação de todos os materiais, dentro das especificações pertinentes, compreendendo aí os agregados, betumes, bem como na realização de toda a mão-de-obra, fornecimento de equipamentos adequados e necessários a execução de todas as operações construtiva e de controle de qualidade, de conformidade com as normas e detalhes de execução contidas em projetos ou instruções da fiscalização.

O concreto asfáltico deverá ser produzido por usina apropriada, que atenda que esteja calibrada racionalmente de modo que assegure a obtenção das características para a mistura prevista em projeto.

O transporte do concreto asfáltico da usina será realizado por caminhões basculantes.

A distribuição do concreto asfáltico somente será permitida se:

- A temperatura ambiente for superior à 10° C e sem chuvas,

- A temperatura do concreto asfáltico, no momento da aplicação, for superior à 130° C.

A compressão da mistura deverá ser iniciada o mais breve possível a distribuição.

Os agregados serão obtidos por britagem de fragmentos de rocha sã, e serão distribuídos em camadas sucessivas.

O desgaste Los-Angeles não deve ser superior a 40%, quando não houver, na região, materiais com esta qualidade, admite-se o emprego de agregados com valor de desgaste de até 50%, o índice de forma não deve ser inferior a 0,5, opcionalmente, poderá ser determinada a porcentagem de grãos de forma defeituosa, a graduação dos agregados deve obedecer o disposto no quadro abaixo:

PENEIRAS% EM PESO				
	<u>MM</u>	A	B	C
1 ½	38,0	95-100	100	-
1	25,4	75-100	95-100	-
¾	19,1	60-90	80-100	100
½	12,7	-	-	80-100
3/8	9,5	35-65	45-80	70-90
Nº. 4	4,8	25-50	28-60	50-70
Nº. 10	2,0	20-40	20-45	33-48
Nº. 40	0,42	10-30	10-32	15-25
Nº. 100	0,18	5-20	8-20	8-25
Nº. 200	0,07	1-8	3-8	4-10

Na usinagem do Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, será aplicado Cimento Asfáltico – CAP 50/70, conforme especificações, e definido em projeto.

O percentual de material asfáltico deverá varia entre 4,5 `a 8,5%, se referindo à mistura de agregados seca.

D - CONTROLE

Todos os materiais deverão ser examinados em laboratório, obedecendo as normas do DNER, e satisfazer as especificações em vigor.

2.8- MEIO FIO COM SARJETA

A- GENERALIDADES

O meio fio é uma fileira de concreto, construída ao longo do pavimento e mais elevado que este, com o objetivo de limitar a área destinada ao transito de veículos e proteger a circulação de pedestres enquanto a sarjeta, também em concreto, construída na altura do revestimento serve para conduzir as águas superficialmente até as bocas de lobo das galerias pluviais.

Os serviços consistem no fornecimento, carga, descarga e aplicação dos materiais e na execução, com mão-de-obra e equipamento adequados, de todas as operações necessárias a construção de guias e sarjetas de concreto moldado in loco”, conforme as normas e detalhes de execução contidos em projeto ou instrução da fiscalização.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Betoneiras;
- Formas metálicas;
- Ferramentas manuais.

C- EXECUÇÃO

O concreto destinado a construção de guias e sarjetas deverá ser dosado racionalmente para se obter uma resistência, a compressão simples, aos 28 dias, igual a 15 MPa.

O concreto deverá ser preparado em betoneira em quantidade que permita sua rápida aplicação, não sendo admitido o seu lançamento ou reaproveitamento após decorrida uma hora de seu preparo.

O concreto será contido lateralmente por formas metálicas, assentadas de conformidade com os alinhamentos, perfis e cotas previstas em projeto, sobre o solo escavado, regularizado e compactado previamente. As formas serão convenientemente travadas, de modo

que seja impedido o seu deslocamento e assegurar o bom acabamento. As formas serão dotadas de juntas de dilatação com espessura máxima de 3 milímetros, espaçadas a cada 2 metros.

Após o lançamento e espalhamento do concreto deverá ser feito o seu adensamento, preferencialmente por método manual, de forma que o deixe isento de vazios.

D- CONTROLE

O controle de qualidade verificará de forma visual, quanto aos aspectos de acabamento e por equipamentos de medição as dimensões das guias e sarjetas construídas e verificará a resistência, a ruptura por compressão simples, dos corpos de prova confeccionado com o concreto utilizado na construção.

4 - ESPECIFICAÇÕES PARA MICRODRENAGEM

ESCAVAÇÃO MECANICA DE VALAS COM RETRO ESCAVADEIRA

A- GENERALIDADES

A escavação mecânica das valas necessárias ao assentamento dos tubos será feita com um acréscimo de uma vez o diâmetro do tubo no fundo da vala e com um talude de 3/2 – HxV para a escavação superior a fim de evitar desmoronamentos e garantir a segurança dos trabalhadores envolvidos.

A profundidade das escavações será pré determinada em 1,30 m a montante (bocas-de-lobo) e 1,50 m a jusante (P. Vs).

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Retro escavadeiras;

C- EXECUÇÃO

A escavação será de acordo com os elementos fornecidos pela nota de serviço, quais sejam, larguras e profundidades.

D- CONTROLE

O controle da declividade longitudinal da escavação deverá ser efetuado com gabaritos e níveis de bolha de forma a manter-se dentro dos elementos de projeto.

OBS.: quaisquer itens omissos do presente caderno de encargo, deverão ser esclarecidos junto ao Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA A-

GENERALIDADES

A escavação manual das valas deverão ocorrer de maneira a acertar o funda da vala antes da devida regularização e compactação.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Ferramentas manuais.

C- EXECUÇÃO

A escavação será de acordo com os elementos fornecidos pela nota de serviço, quais sejam, larguras e profundidades.

D- CONTROLE

O controle da declividade longitudinal da escavação deverá ser efetuado com gabaritos e níveis de bolha de forma a manter-se dentro dos elementos de projeto.

REGULARIZAÇÃO E APILOAMENTO MANUAL DE FUNDO DE VALA

A- GENERALIDADES

A regularização e apiloamento manual de fundo de vala deverá ocorrer de maneira a regularizar e compactar o fundo da vala para garantir um adequado assentamento da tubulação.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Soquetes manuais;
- Ferramentas manuais.

C- EXECUÇÃO

A regularização será feita com ferramentas manuais e a compactação com soquetes manuais.

D- CONTROLE

O controle da declividade longitudinal da escavação deverá ser efetuado com gabaritos e níveis de bolha de forma a manter-se dentro dos elementos de projeto.

REATERRO E COMPACTAÇÃO MECANICO DE VALAS

A- GENERALIDADES

O reaterro será feito com material de boa qualidade, em camadas compactadas de, no máximo, 15 cm até atingir o terreno natural.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Compactadores tipo sapo ou placas vibratórias;
- Ferramentas manuais.

C- EXECUÇÃO

O reaterro e a compactação será feita com compactadores tipo sapo ou placas vibratórios, de preferência com material local.

D- CONTROLE

O reaterro e a compactação será verificado através da NBR 7185.

TUBULAÇÃO DE DRENAGEM URBANA A

– GENERALIDADES

Os bueiros tubulares de concreto são dispositivos que tem por objetivo dar condições de encaminhamento das águas pluviais coletadas pelas bocas-de-lobo adentrarem as tubulações existentes.

Os serviços consistem no fornecimento, carga, transporte, descarga e aplicação dos materiais, com mão-de-obra e equipamentos adequados, de todas as operações necessárias a construção desses dispositivos, de acordo com detalhes técnicos contidos em projeto ou determinação da fiscalização.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Caminhão munck;
- retro escavadeiras;
- Betoneiras;
- Ferramentas manuais.

C- EXECUÇÃO

Os tubos de concreto destinado a construção das tubulações deverão ter encaixe tipo ponta e bolsa e atender as prescrições contidas na ABNT.

O assentamento dos tubos deverão ser perfeitamente alinhados e limpos, e serão imediatamente rejuntados, interna e externamente, com argamassas de cimento e areia no traço 1:3.

D- CONTROLE

O controle será exercido pela fiscalização que verificará de forma visual os aspectos de acabamento e funcionalidade e por meio de equipamentos e processos geométricos, se necessário, quanto aos aspectos de alinhamento, cotas e declividade.

BOCAS-DE-LOBO

A – GENERALIDADES

Bocas de lobo são dispositivos compostos por uma caixa de alvenaria dotada de tampa e grelha metálica construídos junto aos meios-fios com sarjetas, com o objetivo de captar e encaminha-las a rede coletora. Suas dimensões são definidas, principalmente, em função do volume de água a ser coletado.

B- EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes tipos de equipamento:

- Caminhão munck;
- retro escavadeiras;
- Betoneiras;
- Ferramentas manuais.

C- EXECUÇÃO

Após a construção da caixa de ligação, em alvenaria de tijolos maciços, executa-se a instalações de formas e armaduras da viga de apoio da grade e meio-fio, bem como o lançamento e vibração do concreto estrutural.

Quando a cura do concreto permitir efetuam-se a retirada das formas e da grade de ferro.

D- CONTROLE

O controle será exercido pela fiscalização que verificará de forma visual os aspectos de acabamento e funcionabilidade e por meio de equipamentos e processos geométricos, se necessário, quanto aos aspectos de alinhamento, cotas e declividade.

OBS.: quaisquer itens omissos do presente caderno de encargo, deverão ser esclarecidos junto ao Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

KELSON LUÍS ASCÊNCIO

Engenheiro Civil - CREA 5063939764/D

Gestor de Projetos

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

OBRA: Pavimentação em CBUQ e Drenagem Urbana

LOCAL: Av. Frei Galvão

CIDADE: Bataguassu/MS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	INDICADOR	SERVIÇOS A EXECUTAR						TOTAL
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	
1.0	Serviços Preliminares	FÍSICO(%)	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		FINANCEIRO.(R\$)	11.679,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.679,90
2.0	Microdrenagem	FÍSICO(%)	30,00%	40,00%	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		FINANCEIRO.(R\$)	66.602,17	88.802,89	66.602,17	0,00	0,00	0,00	222.007,23
3.0	Terraplenagem	FÍSICO(%)	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	0,00%	100,00%
		FINANCEIRO.(R\$)	0,00	51.610,27	51.610,27	51.610,27	51.610,27	0,00	206.441,09
4.0	Pavimentação Asfáltica	FÍSICO(%)	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	0,00%	100,00%
		FINANCEIRO.(R\$)	0,00	216.537,25	216.537,25	216.537,25	216.537,25	0,00	866.148,99
5.0	Obras de Arte Corrente	FÍSICO(%)	0,00%	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%
		FINANCEIRO.(R\$)	0,00	0,00	47.054,37	47.054,37	47.054,37	47.054,37	188.217,46
DESEMBOLSO POR PARCELA	TOTAL CADA ETAPA R\$		78.282,07	356.950,41	381.804,05	315.201,89	315.201,89	47.054,37	1.494.494,67
	PERCENTUAL CADA ETAPA %		5,24%	23,88%	25,55%	21,09%	21,09%	3,15%	100,00%
DESEMBOLSO POR PARCELA	TOTAL ACUMULADO R\$		78.282,07	435.232,48	817.036,54	1.132.238,42	1.447.440,31	1.494.494,67	
	TOTAL ACUMULADO %		5,24%	29,12%	54,67%	75,76%	96,85%	100,00%	
TOTAL DO MÊS R\$			78.282,07	356.950,41	381.804,05	315.201,89	315.201,89	47.054,37	
VALOR TOTAL DA OBRA									1.494.494,67

Kelson Luis Ascêncio
Eng. Civil 5063939764/D

Pedro Arlei Caravina
Pre

ERROR: syntaxerror
OFFENDING COMMAND: --nostringval--

STACK:

296
14094
3